

Por que as empresas recompram as suas ações?

Empresas recompram suas ações por uma série de razões estratégicas e financeiras. Aqui estão os principais motivos, bem como os prós e contras dessa prática:

Razões para a recompra de ações

Sinalização de confiança na empresa: Quando uma empresa recompra suas ações, envia uma mensagem ao mercado de que acredita que suas ações estão subvalorizadas. Isso pode atrair investidores e melhorar a percepção do valor da empresa.

Melhoria nos indicadores financeiros: A recompra reduz o número de ações em circulação, aumentando o Lucro por Ação (LPA), mesmo que o lucro líquido permaneça constante. Com o aumento do LPA, cai o P/L. Um P/L mais baixo pode dar a impressão de que a ação está mais barata ou atrativa, especialmente para investidores que utilizam o P/L como métrica de avaliação.

Gestão do capital social: Reduzir o número de ações em circulação pode ser uma estratégia para evitar a diluição causada por emissões anteriores ou planos de opção de ações.

Pontos positivos da recompra de ações

Criação de valor para os acionistas: Se as ações estão realmente subvalorizadas, a recompra beneficia os acionistas remanescentes, já que eles passam a deter uma participação proporcional maior na empresa.

Efeito positivo no preço das ações: A percepção de que as ações estão subvalorizadas e a redução da oferta podem impulsionar o preço das ações.

Elevação da alavancagem financeira: Empresas **de baixo risco operacional** tem a possibilidade de elevar seu endividamento e reduzir seu custo de capital, através da movimentação em direção a uma estrutura de capital mais desejada.

Uso eficiente do caixa: Quando há falta de projetos de investimento atrativos, a recompra pode ser um uso mais eficiente dos recursos.

Pontos negativos da recompra de ações

Uso impróprio de recursos: É prudente que os gestores façam uma avaliação cuidadosa antes de concluírem que as ações da empresa estão subavaliadas. Se as ações não estiverem subavaliadas, a recompra pode destruir valor, transferindo recursos dos acionistas para os vendedores das ações.

Redução da liquidez: A recompra reduz o número de ações em circulação, o que pode diminuir a liquidez no mercado secundário.

Endividamento excessivo: Empresas que recompram suas ações ficam mais alavancadas, com a baixa de aplicações e aumento da dívida financeira líquida. Se a empresa **tiver risco operacional elevado**, o aumento da alavancagem financeira eleva o risco financeiro, podendo elevar o custo do capital da empresa. Assim, empresas com alta variabilidade de resultados operacionais (alta alavancagem operacional) já possuem uma base de risco maior, pois seus lucros são mais sensíveis a flutuações nas receitas. O aumento da alavancagem

financeira eleva o custo fixo financeiro (juros sobre a dívida), tornando os lucros ainda mais voláteis. Essa combinação amplifica o risco total da empresa, dificultando sua capacidade de enfrentar períodos adversos.

Percepção negativa no mercado: Alguns investidores podem interpretar a recompra como um sinal de que a empresa não tem boas oportunidades de crescimento ou investimento.

No Brasil, a recompra de ações é regulada pela Instrução CVM nº 567/2015, que estabelece os limites e condições para que as companhias abertas adquiram suas próprias ações.

Limite para a recompra de ações:

A legislação brasileira determina que a quantidade de ações mantidas em tesouraria pela companhia, resultante de recompra, não pode exceder o limite de 10% do total de ações em circulação no mercado.

As ações em circulação (também chamadas de "free float") são aquelas pertencentes a acionistas não controladores, ou seja, que não estão vinculadas ao grupo de controle ou a acionistas com participação relevante que exerçam influência significativa na companhia.

Aprovação pelo Conselho de Administração:

O programa de recompra precisa ser aprovado pelo Conselho de Administração, e a ata deve especificar os objetivos, o volume máximo de ações a serem adquiridas, o prazo para execução e os recursos disponíveis para financiar a operação. Não há necessidade de aprovação prévia pelos acionistas em Assembleia Geral.

Recursos disponíveis:

A recompra só pode ser feita com recursos disponíveis, como as Reservas de lucros (exceto a reserva legal). Não é permitido usar recursos que comprometam a solvência ou o equilíbrio financeiro da empresa.

Prazo para a recompra:

O programa de recompra tem um prazo máximo de 18 meses, contados a partir da aprovação do Conselho de Administração.

Transparência e divulgação:

A companhia deve divulgar um fato relevante com informações detalhadas sobre o programa de recompra, como os objetivos da operação e o impacto esperado.

Proibição de manipulação de mercado:

A recompra de ações não pode ser usada para manipular o preço das ações ou prejudicar a transparência do mercado.

Luiz Guilherme Aboim

Economista e professor convidado do Coppead/UFRJ, FGV e Faculdade HUB

Sócio fundador da ConfianceTec

Sócio fundador da Escola de Finanças Aboim